



3 pontos a destacar

- 1 A Economia do Mar já possui enquadramento legislativo [Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional].
- 2 A redução da carga fiscal, em especial para as empresas em início de atividade, e a diminuição da burocracia são medidas prioritárias para atrair investimento ao setor.
- 3 Portugal deve competir pela qualidade e não pela quantidade, sendo o *know-how* nacional nesta área uma valência distintiva.



BLUE BUSINESS FORUM

Debater um **Mar** de oportunidades

Geolocalização privilegiada, recursos humanos qualificados e quadro legislativo adequado. Estão reunidas as condições ideais para fazer florescer a Economia do Mar.



Mesa redonda. Miguel Marques (PriceWaterhouseCoopers), Filipe Ravara (CGD), Manuel Santos Vitor (PLMJ), Pedro Ortigão Correia (AICEP) e Mário Crespo, que moderou o debate.

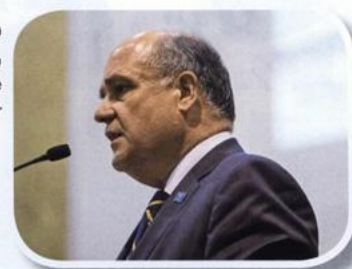


Manuel Pinto de Abreu, secretário de Estado do Mar



Portugal tem todas as condições para ser uma Silicon Valley dos recursos marítimos.

Filipe Ravara, diretor do Gabinete de Agronegócio da CGD



Assunção Cristas, ministra da Agricultura e do Mar



Portugal tem todas as condições para ser uma Silicon Valley dos recursos marítimos.” O desafio de Filipe Ravara, diretor do Gabinete de Agronegócio da CGD, reflete a importância que o mar assume para a generalidade dos presentes na conferência *Como Fazer Negócio no Mar*, integrada no Blue Business Forum. Além de destacar a relevância central desta fileira no posicionamento estratégico do banco, aquele responsável enalteceu a “mudança geracional” nas empresas da Economia do Mar, e sublinhou a capacidade de produção já atingida – “60 kg *per capita*”. Um retrato a que a Caixa se mantém atenta com o cuidado dedicado a cada projeto de negócio – “vamos sempre visitar o projeto e fazemos todas as perguntas para percebê-lo”, concluiu Filipe Ravara.

O extraordinário campo de desenvolvimento empresarial do oceano para Portugal foi, justamente, o tema forte desta conferência, que a 5 de junho juntou alguns dos maiores especialistas em Economia do Mar e os principais responsáveis políticos do setor. O Blue Business Forum constituiu um dos três ramos da

Blue Week, um conjunto de eventos de alcance internacional (ver caixa na página seguinte).

A conferência *Como Fazer Negócio no Mar* foi dividida em duas mesas-redondas, ambas moderadas pelo jornalista Mário Crespo. A primeira foi dedicada ao tema “O Empreendedorismo no Mar”; a segunda foi dirigida pela pergunta “Num Mar de Oportunidades, Como Fazer Negócio?”.

Ambas convidaram ao debate sobre os obstáculos, os constrangimentos e as ações prioritárias para os ultrapassar, assim como sobre as razões para escolher Portugal como destino prioritário de investimento no setor marítimo. A questão da legislação (existente ou não; suficiente ou não) dividiu opiniões. Margarida Couto, sócia da Vieira de Almeida & Associados, sublinhou que um “poderoso obstáculo” foi recentemente removido, a ausência de legislação específica sobre a atividade marítima. A advogada referia-se à existência – desde Abril de 2014 – da Lei de Bases da Política de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional. Ainda assim, e segundo Rui Pe-



ABERTURA

À LUPA

EVENTOS

SALDO POSITIVO



Bruno Bobone,
presidente do Fórum Empresarial
da Economia do Mar

Painel debruçou-se sobre a regulamentação no setor do mar.

Margarida Couto (Vieira de Almeida & Associados), Rui Pereira (ALGApplus), Tiago Aires (Grupo Soja Portugal) e João Correia (Flying Sharks).

Blue Week Portugal: capital mundial do mar

Organizada pelo Ministério da Agricultura e do Mar, em colaboração com o Fórum Empresarial da Economia do Mar e a Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar, a Blue Week decorreu entre 3 e 7 de junho, em Cascais e Lisboa, e contou com o apoio da Caixa Geral de Depósitos. Os três eixos desta semana temática sobre a Economia do Mar foram o World Ocean Summit (organizado pelo *The Economist*, reunindo alguns dos mais importantes stakeholders da área para discussão e reflexão); a reunião interministerial (com vários ministros europeus com tutela do mar); e o Blue Business Forum (também de carácter internacional, organizado pela Fundação AIP, para apoio ao empreendedorismo e negócios no setor – quer através de conferências, quer de exposições ou encontros bilaterais).

reira, diretor-executivo da ALGApplus, a “falta de regulamentação adequada” coloca dificuldades à atividade da sua empresa, que se dedica à investigação e produção de macroalgas e produtos derivados.

Já a carga fiscal congregou consenso. João Correia, diretor-geral da Flying Sharks, empresa de captura de animais marinhos vivos e respetivo transporte para aquários públicos de todo o mundo, apelou a uma menor carga fiscal, já que a atual “esmaga as micro e pequenas empresas”. Tiago Aires, diretor-técnico do Grupo Soja Portugal (que se dedica à preparação de produtos derivados de soja), reclamou “para os portugueses as mesmas regras que são aplicadas aos produtores europeus”. Margarida Couto deixou mesmo uma advertência: “O legislador ainda não olha para o empreendedorismo com um olhar empreendedor, mas sim timorato.” E esboçou uma solução possível para o problema – “fiscalidade específica, menos pesada, para as empresas que estão a começar”.

Como diferenciar-se pela qualidade?

O secretário de Estado do Mar, Manuel Pinto de Abreu, iniciou a segunda parte da conferência sublinhando as “novas valências do mar” e referiu que, apesar de ainda não haver grande negócio nas áreas não tradicionais do oceano, a Conta Satélite do Mar (projeto conjunto do Instituto Nacional de Estatística e da Direção Geral da Política do Mar) revela já uma evolução positiva. Manuel Pinto de Abreu enalteceu a importância das pescas – “setor tradicional fundamental” para o País – e a qualidade dos nossos portos. Elegeu ainda dois agentes fundamentais de desenvolvimento, o direito marítimo, “para garantir um quadro de segurança e estabilidade que atraia futuros investimentos”, e os empreendedores e empresários que saibam do mar. Para estes últimos deixou a mensagem de que “é necessário haver algum deslumbramento”.

No segundo painel, centrado no que Portugal pode apresentar como vantagens competitivas relativamente a outros países, Pedro Ortigão Correia, membro do Conselho de Administração da AICEP, invocou cinco razões: história, territórios, empresas,

novas indústrias e o conjunto de apoios que foram sendo criados. O dirigente da AICEP defendeu ainda que países como Portugal não podem competir pelo volume ou pelo preço, mas sim “pela qualidade do que produzem”.

Manuel Santos Vitor, líder da equipa de Corporate, Energia e Recursos Naturais da sociedade de advogados PLMJ, referiu o *know-how* nacional como fator distintivo nesta área, enquanto Filipe Ravara, da CGD, sublinhou as potencialidades que o Porto de Sines apresenta em termos competitivos: “Podemos criar um Alqueva do mar.”

O aproveitamento da ligação intrínseca da população ao mar é o grande trunfo português, na opinião de Miguel Marques, da PriceWaterhouseCoopers. O responsável pela área de Economia do Mar desta consultora considerou mesmo que, proporcionalmente, “Portugal é o país que mais tem investido nas áreas de novos usos do mar”.

“Sector marítimo vai explodir em Portugal”

A sessão de encerramento coube ao presidente do Fórum Empresarial da Economia do Mar, Bruno Bobone, e à ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas.

Bruno Bobone enfatizou “o enorme potencial do mar para a economia portuguesa” e referiu, a propósito do alargamento da nossa plataforma continental, que “agora é proibido dizer que Portugal é pequeno”.

Fazendo um balanço da semana de atividades ligadas à Economia do Mar, Assunção Cristas afirmou que concretizar o Blue Business Forum (e a própria Blue Week) foi “muito arriscado”, devido à diversidade que comportava, mas que “valeu a pena”. A ministra da Agricultura e do Mar garantiu mesmo que esta é uma iniciativa para repetir todos os anos e que o objetivo é assumir-se também “como uma grande feira de negócios”.

Assunção Cristas apançou que o setor marítimo é uma área que “vai explodir” em Portugal, pelo contexto que está a ser constituído em termos de enquadramento legislativo (Lei de Bases), de financiamento (PROMAR e Mar 2020) e de investimento do Estado.